PROJETO DE LEI Nº 51/ 2026

Denomina de Maria Odília Teixeira um logradouro público desta Cidade.

A CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DECRETA:

Art. 1º. O logradouro nº ....., tem início ....., código nº....., cujas coordenadas UTM DATUM SAD 69 ZONA 24 são: iniciais X - ....., Y ....., Folha Sicad ....., passa a ser denominado Maria Odília Teixeira.

Parágrafo único. A planta de localização de Logradouro integra o corpo Lei.

Art. 2º. As despesas da presente Lei correrão por conta da verba do orçamento vigente.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Salvador, em 04 de março de 2026.

MARTA RODRIGUES
VEREADORA

JUSTIFICATIVA

Maria Odília Teixeira Lavigne (São Félix, Recôncavo Baiano, 5 de março de 1884 - Salvador, 1970) foi médica, professora universitária e pioneira brasileira, reconhecida historicamente como a primeira médica negra do Brasil. Em 15 de dezembro de 1909, superando as barreiras raciais e de gênero impostas por uma sociedade marcada pelos estigmas da escravidão recém-abolida, formou-se pela Faculdade de Medicina da Bahia. Foi a sétima mulher a concluir o curso naquela instituição e a primeira a fazê-lo no século XX, em uma turma composta por outros 47 homens, todos brancos.

Para compreender a magnitude deste feito, é preciso situar o contexto histórico em que ele ocorreu. Em 1909, as mulheres brasileiras não tinham sequer direito ao voto. A Lei Áurea, que formalmente aboliu a escravidão, completava apenas 21 anos. A medicina era espaço reservado às elites masculinas brancas, e a Faculdade de Medicina da Bahia refletia com fidelidade essa ordem social excludente. Ser mulher já era, por si só, uma condição que a ciência e a sociedade da época tratavam como incompatível com o exercício da medicina. Ser mulher negra, neta de uma ex-escravizada, tornava essa barreira ainda mais intransponível. Maria Odília rompeu as duas.

Filha de José Pereira Teixeira, médico branco de origem humilde, e de Josephina Luiza Palma, mulher negra cuja mãe havia sido escravizada e depois alforriada, Maria Odília nasceu em um Brasil que negava à população negra o acesso à educação, à cidadania e ao mundo das letras. Sua ascensão educacional não foi linear nem isenta de obstáculos raciais e patriarcais. Aos treze anos, partiu sozinha de São Félix rumo a Salvador para estudar no Ginásio da Bahia, espaço de formação das elites de homens brancos da capital baiana. Ali, concluiu a formação em Ciências e Letras e aprendeu francês, grego e latim. O irmão Tertuliano Teixeira, bacharel em Direito, foi quem financiou os seus estudos de medicina, sem o que a formação não teria sido possível, dado que a condição financeira da família era humilde.

Na Faculdade de Medicina, Maria Odília foi tutelada pelo irmão, prática então imposta às poucas mulheres que ingressavam no ensino superior, evidenciando o controle patriarcal sobre o acesso ao saber. Foi a única mulher entre 48 alunos, padrão que perdurou até os anos 1920. Ao se formar, defendeu a tese intitulada “Algumas Considerações Acerca da Curabilidade e do Tratamento das Cirrhoses Alcoólicas”. Em um contexto marcado pela eugenia e pelo racismo científico, sua escolha foi significativa, pois, como mulher negra, enfrentou discursos médicos racistas e rompeu com a expectativa de que médicas se restringissem à ginecologia e à pediatria, afirmando sua autonomia intelectual.

Após a formatura, retornou ao Recôncavo para exercer a medicina. No início, mesmo já sendo médica diplomada, seus atendimentos eram realizados sob supervisão do pai ou do irmão, prática que expunha o quanto o exercício feminino da medicina era tolhido pelo controle masculino. Com o tempo, passou a trabalhar de forma autônoma, com clientela majoritariamente feminina, e chegou a ser noticiada em jornais da região por meio de agradecimentos públicos de pacientes. Em 1914, foi convidada a retornar a Salvador para lecionar Clínica Obstétrica na Faculdade de Medicina da Bahia, tornando-se a primeira professora negra daquela instituição. As aulas práticas eram ministradas na Maternidade Climério de Oliveira, no bairro de Nazaré, em Salvador, que existe até hoje.

A trajetória de Maria Odília evidencia os limites que o patriarcado e o racismo impunham mesmo às mulheres que rompiam barreiras. Em 1917, deixou a docência para cuidar do pai doente e retornou ao Recôncavo. Anos depois, ao se casar com o advogado Eusínio Gaston Lavigne, em Irará, aos 37 anos, idade considerada avançada para o matrimônio feminino à época, também se afastou da medicina para dedicar-se à família. A historiadora Mayara Santos, em dissertação defendida na UFBA, problematiza essa saída sob a perspectiva racial e patriarcal, questionando até que ponto tal decisão foi livre ou condicionada pelas estruturas de poder que incidiam sobre uma mulher negra naquele contexto. O preconceito racial também marcou sua vida pessoal: familiares do marido, homem branco de família

tradicional, duvidaram do casamento e não compareceram à cerimônia. Ao chegar a Ilhéus, Maria Odília enfrentou a discriminação da família do esposo e da sociedade local.

O seu legado permanece vivo. Em 2019, sua trajetória foi objeto de dissertação de mestrado da historiadora Mayara Santos na Universidade Federal da Bahia (UFBA). Em 2024, o documentário "Quem é essa mulher?", da cineasta baiana Mariana Jaspe, venceu o Prêmio de Júri Popular na categoria Melhor Longa Sob o Céu Nordestino no 19° Fest Aruanda do Audiovisual Brasileiro e foi lançado na Mostra Olhar de Cinema, Festival Internacional de Curitiba. Em dezembro de 2023, a Prefeitura de Salvador inaugurou o Memorial Maria Odília Teixeira na Escola de Saúde Pública de Salvador (ESPS), no bairro do Comércio, com exposição permanente e interativa sobre sua vida.

Nomear uma rua com o seu nome é um ato de reparação histórica, de reconhecimento público e de afirmação de que a memória das mulheres negras pertence ao espaço coletivo. É dizer, a cada criança negra que passar por aquela rua, que há nomes como o dela gravados na história da ciência brasileira.

Assim, a aprovação deste projeto de lei contribui para fortalecer a memória coletiva, reafirmar o compromisso de Salvador com a igualdade racial e de gênero, e eternizar o legado de uma das mais notáveis personalidades da medicina, da Bahia e do Brasil.

Isto posto, diante da importância e do alcance da medida, conto com o apoio dos nobres Pares para a sua aprovação.

Salvador, 4 de março de 2026.

MARTA RODRIGUES
VEREADORA